

FOTO PARA SER GUARDADA E FOTO PARA SER PUBLICADA:

OS ENTRETEMPOS DAS MEMÓRIAS FOTOGRÁFICAS NA ATUAÇÃO DA PREFEITURA DE BELO HORIZONTE

SUELLEN ALVES DE MELO*

DANIELE AUGUSTA DOS SANTOS SILVA**

DOI: <https://doi.org/10.35699/2316-770X.2021.32756>

RESUMO: A partir da discussão a respeito da construção da memória, este artigo refletiu sobre a produção e compartilhamento de documentos fotográficos da Prefeitura de Belo Horizonte no Flickr. Tomando como base aspectos caros à arquivística, como preservação e acesso, o estudo analisou a atuação da Prefeitura nessa rede social, por álbuns fotográficos que registraram a covid-19. Abordou, também, a formação da memória de Belo Horizonte no futuro e as relações de disputa e poder que a envolvem. Como resultado, apontou que o conteúdo publicado deve ser tratado como documento pelo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, por ser a internet um espaço fluído, cuja preservação das informações a longo prazo ainda é um campo em desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE: Memórias fotográficas. Prefeitura de Belo Horizonte. Flickr.

PHOTO TO BE SAVED AND PHOTO TO BE PUBLISHED: THE INTERVENTIONS OF PHOTOGRAPHIC MEMORIES IN THE PERFORMANCE OF THE CITY HALL OF BELO HORIZONTE

ABSTRACT: Based on the discussion about the construction of memory, this paper thought about the production and sharing of photographic documents from the Belo Horizonte City Hall on Flickr. Starting from expensive aspects of archival science, as preservation and access, the study analyzed the performance of the City Hall in this social media, through photo albums that registered Covid-19. It also addressed the formation of the memory of Belo Horizonte in the future and the relations of dispute and power that surround it. As a result, it pointed out that the published content should be treated as a document by the Belo Horizonte city Public Archive, since the internet is a fluid space, whose long-term preservation of information still a developing field.

KEYWORDS: Photographic memories. City Hall of Belo Horizonte. Flickr.

* Arquivista, Mestra e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFMG.

** Publicitária, arquivista e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFMG.

Introdução

A relação dos indivíduos com a tecnologia, especialmente com os dispositivos móveis conectados à *internet*, tem ficado cada vez mais estreita, de forma que algumas atividades de nossa rotina seriam impossíveis sem o uso de *smartphones*, por exemplo. As modificações constantes na infraestrutura da *internet* vêm possibilitando a criação de uma grande quantidade de conteúdo na *web*, como em *sites*, *blogs* e redes sociais, dentre outros espaços. Inclusive, existe uma iniciativa que vai na contramão dessa transitoriedade da *web*, trata-se do projeto Internet Archive, cujo objetivo é preservar *sites*, *softwares*, vídeos, áudios, entre outros conteúdos digitais. Criado em 1996, essa iniciativa faz parte de um movimento que surgiu em meados da década de 1990, momento em que foi percebida a necessidade de preservação de conteúdos publicados em meio digital que estavam sendo perdidos e tornando-se inacessíveis (INTERNET ARCHIVE, 2021).

Um dos marcos da relação próxima entre os sujeitos e a tecnologia na contemporaneidade, sem dúvidas, são as redes sociais virtuais. Essas comunidades vêm sendo usadas pelos indivíduos como uma extensão de suas vidas, já que ali são compartilhados muitos momentos importantes, como aniversários, casamentos, formaturas, entre outros fragmentos do dia a dia. Nas redes sociais, os indivíduos também expressam suas opiniões sobre diversos aspectos sociais, como política e economia. Todavia, enquanto essas comunidades mostram a cara do sujeito, elas também escondem sua verdadeira personalidade. Por ter essa condição de arena social, essas comunidades são largamente utilizadas, tendo milhões de usuários ao redor do mundo.

De certa forma, a dualidade das redes sociais — a possibilidade do sujeito se mostrar e/ou se manter escondido — favorece o compartilhamento de fotografias, já que essas representam o registro de uma realidade preparada para o momento do clique da câmera fotográfica. Para Tavares (2006), nossa existência está ligada às narrativas visuais formadas dia após dia, pois conhecemos o mundo por imagens e traduzimos palavras carregadas de significados do mundo em imagens. Posto isso, entre outros aspectos, o uso contínuo das redes sociais e a disseminação frequente de imagens através delas, vem treinando nosso olhar para ler mais imagens do que textos nessas comunidades. Por esta e outras razões que o uso da fotografia tem se modificado. Se

anteriormente, grandes eventos familiares como datas comemorativas e viagens, eram fotografados e mostrados às visitas, atualmente, tem se tornado normal fotografar e compartilhar nas redes sociais virtuais todos os momentos em família, desde os mais íntimos até os mais corriqueiros.

Ao longo do tempo, a fotografia esteve ligada ao registro de acontecimentos sociais importantes. Contudo, com a evolução de seus dispositivos e, conseqüentemente, com seu barateamento, os documentos fotográficos se tornaram frequentes na sociedade, desde as instituições até a vida privada. Hoje, independente da finalidade do uso, a produção e o compartilhamento de fotografias nas redes sociais virtuais talvez não possam mais ser calculados. Nesse processo, as memórias fotográficas ficam mais voláteis e suscetíveis ao esquecimento.

Este artigo se insere nesse percurso, enquanto objetiva discutir o atual lugar do documento fotográfico nas redes sociais virtuais a partir de uma perspectiva arquivística, que coloca em pauta a preservação e o acesso às fotografias, além de incorporar aspectos caros à memória social. Para isso, tomamos como exemplo a atuação do Poder Executivo da capital mineira nas redes sociais, com o compartilhamento de fotografias que retratam a atual gestão e o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH), como instituição responsável pela promoção de políticas de gestão de documentos, preservação e acesso do patrimônio documental da cidade.

O objetivo é apresentar como a fotografia vem sendo utilizada pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) e, dessa forma, discutir como esse documento foi compreendido mais como registro do *hoje* do que registro do *ontem*. Para isso, analisamos o perfil da Prefeitura no Flickr, focando a discussão nos álbuns fotográficos que documentaram as ações de enfrentamento da pandemia da covid-19 pela administração pública da capital mineira. Tendo, assim, subsídio para problematizar o destino dos documentos fotográficos compartilhados nessa rede social, a preservação a partir do recolhimento ao APCBH ou o esquecimento promovido pela liquidez da *internet*.

Entretempos fotográficos

A fotografia é uma técnica de registro de imagens. Surgida nos anos de 1800, com a contribuição de diversos inventores como Florence, Daguerre, Talbot e Niépce. Seu anúncio oficial ocorreu na França, em 1839. Desde então, a técnica passou a fazer parte de nossas vidas, sobretudo na construção de memórias individuais e coletivas, muitas vezes substituindo a própria existência de grupos importantes para a sociedade. Um exemplo é a família, que somente existe porque as fotos estão lá para narrar sua existência e testemunhar sua coesão, conforme aponta Sontag (2004). A autora, inclusive, instiga essa discussão ao afirmar que

“um álbum de fotos de família é, em geral, um álbum sobre a família ampliada — e, muitas vezes, tudo o que dela resta.” (SONTAG, 2004, p. 19).

As fotos tornam presentes pais e filhos que já estão ausentes na estrutura familiar.

Essa nova técnica de registro de imagens foi recebida pelas pessoas do século XIX com uma mistura de sentimentos: do assombro ao entusiasmo. O congelar de um instante foi algo amedrontador em algumas áreas, como nas artes. De maneira geral, a fotografia era percebida como uma técnica que deixaria a pintura para trás, por isso foram muitos os embates entre pintores e fotógrafos. Nas áreas médicas, a fotografia passou a ser importante como registro do corpo humano e se tornou subsídio de descobertas científicas. Como identidade, a foto foi a imagem que deu rosto ao cidadão, sobretudo com os registros de identificação pessoal. Como aponta Rouillé (2009, p. 31), a técnica fotográfica foi uma ferramenta essencial para o surgimento da sociedade industrial na metade do século XIX, tendo sido a melhor resposta as suas necessidades de registro imagético.

Se hoje conhecemos o mundo, sobretudo pela *internet*, no século XIX, as pessoas conheceram os lugares distantes pelas fotos. Alguém só ia a determinado lugar se pudesse comprovar por meio das fotografias, tornando-se, na visão de Sontag (2004, p. 19), provas incontestáveis de sua realização. Cenário que ainda hoje pertence ao nosso viver, já que, muitas vezes, a parte mais importante de uma viagem é o registro fotográfico dela. A técnica passou também a legitimar o papel do Estado, como ator regulador da vida em sociedade, em equipamentos públicos como a polícia, por meio da

identificação de criminosos, por exemplo. Não só as famílias, mas também as cidades, foram registradas pela fotografia. Tudo o que se via merecia ser registrado com uma riqueza de detalhes que somente a fotografia poderia captar. Era como se a realidade pudesse ser capturada por um clique.

Como campo de conhecimento, a história também rejeitou a fotografia e seus registros. Em um tempo em que os documentos textuais eram vistos como a representação da verdade, o documento fotográfico não foi usado pelos historiadores metódicos na construção de suas narrativas historiográficas, conforme aponta Borges (2011, p. 15). Entre outras questões, esse aspecto potencializou o uso dos documentos fotográficos apenas como ilustrações nos livros didáticos e não como documentos legítimos por natureza.

A fotografia também pode ser compreendida a partir da perspectiva da linguagem. Isso porque, a linguagem registra a forma com que os sujeitos se relacionam com o mundo, conforme aponta Tavares (2006, p. 143). A própria forma de produção do registro fotográfico, mediada por uma máquina e não por uma pessoa, como no caso da pintura, fez com que as fotografias fossem compreendidas como neutras, por não possuírem um pintor. Essa compreensão modificou-se ao longo dos anos, visto que, a máquina não produz a fotografia por si só, antes é necessária a existência de um fotógrafo, o qual possui seus critérios pessoais e profissionais para fotografar, deixando registrado sua subjetividade em seus cliques. Nesse sentido, uma questão fundamental relacionada à linguagem são os diferentes gêneros fotográficos, como o retrato, o documental e o fotojornalismo, os quais são os responsáveis por nos dar a conhecer o objetivo do documento fotográfico. Dado que, de maneira geral, um retrato tem como finalidade registrar as características físicas e a personalidade de uma pessoa, enquanto um clique do fotojornalismo registra situações cotidianas do cenário público, da mesma forma que outros gêneros fotográficos captam diferentes perspectivas. A *selfie*, por exemplo, inclui o fotógrafo na cena por ele registrada.

Mesmo com os assombros do novo e com as rejeições de determinadas classes sociais, fato é que a técnica fotográfica foi se modelando ao longo dos tempos. Negativos, positivos, *slides*, *bytes*, a fotografia acompanhou as diversas transformações ocorridas no entretempo dos séculos XIX e XXI. Conhecida no senso comum como técnica que registra mais que mil palavras, a fotografia foi um dos instrumentos pelo qual

nos colocamos à sociedade. Por isso, em nossas festas quase sempre têm o momento do clique fotográfico, que, logo em seguida, se desfaz pelos anseios do presente. De maneira geral, até os anos 2000, o lugar das fotos por sua essência era o álbum fotográfico, todavia, agora, no século XXI, foi singularizado pela internet e, por sua vez, pela produção de documentos digitais, e a fotografia não ficou de fora desse contexto. A partir da produção digital, os documentos fotográficos ganharam um novo espaço de circulação: as redes sociais virtuais.

Registrar uma cena do presente passou a ser mais rápido e barato, assim, o clique do passado que demorava algum tempo para ser mostrado ao outro, hoje é produzido tão rápido quanto compartilhado. Tudo isto contribuiu para a existência de uma quantidade enorme de fotos, que cresce cada vez mais a cada instante. Vivemos em um mundo mediado por fotografias que nos remetem a ideia de realidade, porém, se torna cada vez mais virtual, importando, muitas vezes, apenas a reação de quem as observa, como a quantidade de curtidas, comentários e compartilhamentos.

Em seu surgimento a fotografia era pensada numa perspectiva que privilegiava a preservação do *passado* por meio dos seus registros visuais, auxiliando em nossos fragmentos de memória e em suas respectivas narrativas. Todavia, com as mudanças trazidas pela *internet* e pelo uso exacerbado das redes sociais virtuais entre outros fatores, a produção de documentos fotográficos pode ser compreendida na contemporaneidade sob uma perspectiva do hoje, ou seja, as fotos são para o *presente* e não mais para no *futuro* relembrarmos do *passado*. O clique fotográfico atual representa uma oportunidade de registrar e compartilhar o hoje, o que pode ser comprovado a partir dos *stories*, ferramentas das redes sociais usadas para compartilhar fotografias e vídeos curtos, entre outros conteúdos, cujo período de vida, normalmente, dura apenas 24 horas.

A ótica arquivística: a fotografia como documento de arquivo e o seu lugar no APCBH

Antes de discutirmos o contexto da fotografia na arquivologia, se faz necessária a apresentação de um conceito caro à área, trata-se do documento arquivístico. Camargo (2003, p. 11) destaca que o documento de arquivo

“[...] nasce para servir de instrumento ou prova de determinadas ações sendo alheio a um eventual uso secundário que dele se possa fazer.”

Embora seja relacionado diversas vezes às instituições, o documento de arquivo pode ser produzido por pessoas físicas e jurídicas, devido às suas diversas atribuições, visando registrar atos administrativos, legais e fiscais — além do registro da singularidade da vida cotidiana, no caso dos documentos pessoais, como cartas, diários e filmes caseiros, entre outros — e, posteriormente, pode servir a diversos usos, caso possua valor probatório e informativo.

Nesta perspectiva, o documento fotográfico, quando produzido para instrumentalizar alguma ação, pode ser considerado documento de arquivo. Todavia, esse fato nem sempre foi compreendido dessa forma, como afirma Lacerda (2008). Em sua tese de doutorado, a autora apresenta a entrada do documento fotográfico nas definições de documento de arquivo a partir da análise de publicações importantes da área. Sua pesquisa aponta que, embora os documentos fotográficos não tenham sido mencionados na obra basilar o *Manual de arranjo e descrição de arquivos*, ou também conhecido como Manual dos Holandeses, publicado em 1898, os mesmos foram pontuados brevemente por Jenkinson, no *A Manual of Archive Administration*, em 1922 (LACERDA, 2008, p. 47–50). Entretanto, foram caracterizados como materiais especiais, tendência que permaneceria por longo tempo na arquivística.

Considerado como documento especial em oposição aos documentos tradicionais ou textuais, a fotografia teve seu tratamento documental pautado em aspectos voltados, sobretudo, à conservação e preservação. Tais aspectos fizeram com que, muitas vezes, a organicidade dos documentos fotográficos fosse deixada de lado, prejudicando a integridade de seus conjuntos documentais, o que proporcionou a dispersão de diversos arquivos compostos por fotografias. Além disso, o caráter de documento especial, também contribuiu para que os documentos fotográficos fossem compreendidos pela arquivologia muito mais por seu conteúdo imagético do que por seu contexto de produção, conforme Lopez (2000) discute em sua tese de doutorado.

Outros fatores caros à fotografia também contribuíram para que os documentos fotográficos fossem tratados de maneira diferente pelas instituições arquivísticas, tra-

1 Relação que os documentos possuem entre si quando fazem parte de um mesmo conjunto. Cf.: ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 127.

ta-se das memórias individuais e coletivas. Normalmente, temos um grande apego às fotografias, devido à capacidade que elas têm de reter um espaço na imagem e um tempo que não voltam mais. Desta forma, de maneira geral, quando pensamos nos documentos fotográficos de órgãos públicos, eles são quase sempre considerados de guarda permanente, ou seja, após o uso deles por seus produtores não há a eliminação (MELO, 2017). Pelo contrário, as fotografias são recolhidas aos arquivos públicos, locais onde podem ser usadas de diferentes formas pela sociedade. Esse contexto é preciso ser visto com cautela, visto que a produção de fotografias digitais não acompanhou as condições que as instituições arquivísticas precisam ter para assegurar sua preservação e acesso a longo prazo. Por isso é importante que os documentos fotográficos também sejam incluídos em programas de gestão de documentos, área que lida com os processos que envolvem desde a produção documental até a destinação final — eliminação ou recolhimento.

No que tange aos conjuntos de documentos fotográficos recolhidos aos arquivos públicos brasileiros a maioria deles foi produzida pelo Estado, especialmente no exercício da comunicação pública, por meio do registro dos mais variados eventos, como as festas populares do nosso país — a saber: carnavais, festas juninas, entre outras. A fotografia também é usada como suporte para os discursos governamentais, o que permitiu à Mauad (2013) problematizar o conceito de fotografia pública, o qual é caracterizado pela autora a partir da atuação do Estado e da imprensa na produção de discursos acerca de situações do cenário público.

Um exemplo prático é o caso do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, o qual foi nosso objeto de pesquisa em estudos anteriores (MELO, 2017; 2019). Essa instituição é responsável pela guarda, tratamento, preservação e acesso dos conjuntos documentais de guarda permanente produzidos pela Prefeitura de Belo Horizonte. Criado em maio de 1991, o APCBH também tem como incumbência a promoção da política de gestão documental nos órgãos públicos da capital mineira.

Como uma cidade planejada nos fins do século XIX, Belo Horizonte demorou a possuir uma instituição arquivística responsável por garantir a preservação de seu patrimônio documental. Apesar de Parrela (2004) apontar que, ao longo dos anos, a cidade apresentou alguns serviços de arquivo, é notória a falta de valorização do poder público, pela inexistência de uma instituição com tal responsabilidade até o início da

década de 1990. Contudo, o discurso de surgimento do APCBH merece destaque, uma vez que, contrariando o cenário à época, a instituição buscou se estruturar sob a perspectiva de arquivo moderno. Ou seja, uma instituição que busca ser a custodiadora do patrimônio documental da Prefeitura, mas que tem seu firmamento na gestão de documentos; servindo, dessa forma, à administração pública e à sociedade.

Para apresentar o contexto dos documentos fotográficos no APCBH, é necessário conhecer o lugar da fotografia na história da cidade. No final do século XIX, a técnica despontava como uma prática que representava a modernidade. Nesse sentido, uma capital que estava sendo projetada sob auspícios aspectos modernos não podia deixar de lado a fotografia. É por isso que podemos encontrar na estrutura da Comissão Construtora da Nova Capital o Gabinete Fotográfico, o qual era responsável por registrar as modificações realizadas no arraial que se tornaria em pouco tempo a nova capital de Minas (MELO, 2017).

A tendência em registrar os feitos em Belo Horizonte permaneceu ao longo do tempo. Encontramos a prática fotográfica oficial da PBH em áreas como educação, administração, comunicação, entre outras (MELO, 2017). Toda essa produção foi alvo do APCBH no momento de sua criação, já que, à época, a instituição buscou em diversos espaços da Prefeitura conjuntos documentais importantes e, na ocasião, os documentos fotográficos estavam entre as joias raras que deviam ser encontradas e preservadas pelo Arquivo.

Hoje, boa parte desses documentos está sob a guarda da instituição, assim como aqueles que foram produzidos pela PBH nos anos seguintes, visto que o documento fotográfico foi considerado de guarda permanente pelo APCBH em 1997, ano em que foi aprovada a primeira versão da tabela de temporalidade e destinação de documentos da Prefeitura², situação que se mantém em 2021 (MELO, 2017). Fundos documentais da Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte, Belotur, e da Assessoria de Comunicação Social do Município, estão entre os conjuntos custodiados pelo APCBH que mais possuem documentos fotográficos, tendo em vista que são equipamentos públicos próximos da sociedade, no sentido de serem responsáveis, entre outras atribuições, pela promoção de eventos culturais na cidade e pelo registro das atividades do Gabinete do Prefeito.

2 Instrumento da gestão documental que sistematiza prazos de guarda e destinação final dos documentos de determinada instituição. Cf.: ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 159.

Conforme mencionado, com o advento da internet e das redes sociais virtuais, as fotografias deixaram de ser preservadas nos tradicionais álbuns fotográficos, tendo em vista a demasiada atenção ao passado, e começaram a ser usadas como parte do que deve ser vivido e compartilhado no tempo presente nas redes sociais. Esse cenário não é encontrado apenas no contexto individual, mas também faz parte da realidade da atuação das instituições contemporâneas, como o Estado. Um exemplo é a atual prática fotográfica da Prefeitura de Belo Horizonte, que está presente em algumas redes sociais e nelas compartilha parte dos registros fotográficos caros à população.

A construção da memória entre o ontem e o hoje

Ao refletir sobre a construção da memória é interessante voltar um pouco quando ainda éramos uma sociedade oral. Le Goff (1990) apresenta o conceito biológico da formulação da memória, que se dá a partir da elaboração de processos mnemônicos pelo cérebro humano, a partir dos fatos vividos. Esse método era utilizado para disseminar às gerações futuras, os costumes, crenças, valores, entre outros aspectos, que eram transmitidos a partir da oralidade, feita por indivíduos que possuíam uma credibilidade em um determinado círculo social, normalmente homens idosos, sacerdotes e chefes de família.

Nesse sentido, a grande mudança para preservação da memória ocorreu com a transição da sociedade oral para a escrita, alterando completamente a relação que os indivíduos tinham com a produção de informações. As transformações ocorridas, em função da criação dos registros em papel, também acarretaram a mudança da construção da memória, o que outrora ligava-se a oralidade passou a ser produzida a partir dos documentos criados pela sociedade (LE GOFF, 1990). Assim, Delmas (2010) acrescenta que quanto mais desenvolvida a sociedade ficava, maior era a produção documental, desde registros sobre o cotidiano até o início regulador da vida em sociedade, por meio da criação de leis e regimentos do desenvolvimento social.

É importante compreender a diferença entre o conceito de informação registrada e de memória. O primeiro está ligado à produção documental e o segundo é um produto

de seleção e interpretação. Além disso, Lousada (2012) tem o entendimento de que a memória é um processo de construção social. Reiterando que a seleção dos documentos utilizados para a produção memorial não deve refletir vícios e modismos, perdendo sua característica reflexiva ao longo do tempo.

Sob outra perspectiva, Hedstrom (2016) admite, ainda, que é preciso ter o entendimento enquanto indivíduo integrante de uma comunidade. Porque, desde o nascimento somos ensinados a nos portar diante dos costumes de nossos pares, respeitando os aspectos culturais, religiosos, ideológicos, entre outros. Assim, entendemos a memória como um conjunto de representações do passado, a partir de valores norteadores de uma cultura que criam um senso de identidade em um grupo.

Ainda nesse caminho, a autora nota que diante da organização social em que vivemos, onde a todo instante os atos são registrados, acima de tudo, a memória é um processo de construção enraizado nos arquivos. Os documentos são a fonte de prova para a validação da memória, sem eles não é possível resgatar o que foi vivido, desta forma, tornando a memória falha. Para Le Goff (1990, p. 368), a

“[...] memória está ora em retraimento, ora em transbordamento [...]”

e esse movimento se dá em relação à seleção de fatos para a criação da narrativa, diante das estruturas sociais. Outra questão levantada são as relações entre disputa e poder exercidas a partir da dualidade entre memória e esquecimento, elegendo alguns fatos em detrimento de outros, salientando que, em alguns casos, essa escolha deve ser muito bem estruturada e organizada, impondo os interesses ideológicos de quem a constrói.

Além disso, considerando o volume de registros produzidos, não é possível rememorar tudo o que é registrado, por isso Pollak (1989) discute a relação seletiva da memória, onde são escolhidos determinados aspectos para sua criação. Já que, em uma sociedade organizada, existe a intenção de criar uma “memória oficial”, contada, geralmente, por alguns grupos dominantes, seja social, política ou culturalmente. Normalmente, os fatos que costumam ser suprimidos da narrativa oficial estão relacionados à memória de grupos socialmente marginalizados, fadados ao esquecimento por não serem interessantes diante do viés ideológico dos grupos dominantes que constroem essa memória oficial. Evocando, desta maneira, as questões relativas à memória e ao poder, dado que a seleção dos fatos rememorados está ligada, tendenciosamente, à ideologia dos grupos dominantes, produzidos e preservados para a posteridade.

Nesse mesmo sentido, outro ponto destacado por Lousada (2012) é que os arquivos públicos, detentores da guarda do patrimônio documental produzido, normalmente, pelo Estado, não devem ser vistos como repositórios de memória. Uma vez que, tais locais são órgãos responsáveis pela gestão e guarda dos documentos, e a memória deve ser considerada como um processo de seleção e construção.

Tendo os documentos como parte fundamental para a construção da memória, vale lembrar que, no âmbito público, a Lei de Arquivos, Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991, delibera as diretrizes para o tratamento documental, descrevendo, de maneira geral, o processo de gestão e preservação dos documentos, que serão parte integrante do patrimônio documental do país (BRASIL, 1991). Jardim (1995) reforça a necessidade do cumprimento da legislação no que tange os processos de gestão documental e ainda acrescenta a relevância dos arquivos para compor esse patrimônio, além de servir de garantia de direitos ao cidadão e, posteriormente, para pesquisa. Apresenta também que a noção de patrimônio histórico cultural é inserida a partir do século XIX, quando é iniciada a ideia de nação, direcionada a um conjunto de ideais e valores norteadores que, juntos, são disseminados como características comuns de um grupo social. Características essas utilizadas pelo Estado, como basilares, para a construção de uma memória nacional, que só é possível de ser estabelecida a partir dos registros documentais.

Prosseguindo, o autor reitera o papel do arquivista no processo de racionalização do tratamento documental e afirma sobre a necessidade dos processos de avaliação como mecanismo mais eficiente para a garantia da preservação dos acervos arquivísticos. É no processo de avaliação que são escolhidos os documentos relevantes, com possibilidades de uso histórico-científico, garantindo a racionalidade da guarda. Esse processo de racionalização vai de encontro com o pensamento de Hedstrom (2016) e Lousada (2012) ao defenderem que os documentos e as instituições arquivísticas não são as representações da memória e, sim, fontes de pesquisa para o processo de sua construção. Por isso, é necessário garantir o direito à preservação documental como fonte de pesquisas futuras.

A partir das mudanças tecnológicas ocorridas, ainda é necessário conhecer as tecnologias empregadas para criar um documento. Ao longo da história várias técnicas foram desenvolvidas para a preservação do papel, suporte tradicional utilizado para a

elaboração de documentos. A partir da evolução da tecnologia, os documentos foram produzidos e tramitados digitalmente, levantando outra dimensão para a preservação e acesso dos documentos a longo prazo. Em vista disto, devem ser estudadas técnicas para manter o acesso à informação, independente do dispositivo utilizado para a sua leitura (CLOONAN, 2016).

Além da mudança nos modos de produção documental outras categorias de documentos foram criadas em função do desenvolvimento tecnológico, como *e-mails*, *blogs*, *sites*, entre outras que, em consequência de sua natureza interativa, estão condicionados a mudanças constantes. Contudo, devem ser preservados para o futuro da mesma maneira que um documento produzido em papel. Cloonan (2016) aponta que as instituições não costumam ter noção da grandeza do problema da preservação dos documentos digitais. Isso porque, por vezes, não sabem por quanto tempo guardar ou como migrar os dados para um local confiável que permitirá o acesso desses documentos a longo prazo.

Pereira (2018) acrescenta que a preservação dos documentos digitais ainda pode ser um problema maior, pois há a ilusão de que esse documento não ocupa espaço, pelo fato de ser resumido a alguns *bytes* e suas unidades de armazenamento não demandarem uma grande área. Salienta, também, a necessidade de realização dos processos de avaliação nos documentos digitais, ressaltando o rigor dessa função, tal qual feita nos documentos físicos. Caso esse procedimento não seja executado, é possível ficar perdido em meio a massa documental, formando uma espécie de lixo digital, denominação dada por Pereira (2018, p. 65) a todos os documentos digitais que não possuem valor administrativo e continuam sendo guardados.

Assim como Le Goff (1990) e Pollak (1989; 1992), Pereira (2018) recapitula a dualidade entre memória e esquecimento, acrescentando um novo fator, ao afirmar que uma memória pode ser esquecida ou deixada de lado pela inacessibilidade dos documentos, considerando um acúmulo desordenado. Acrescentando, também, a importância do controle das publicações em meio digital, incluindo a realização do processo de avaliação para que não sejam perdidas informações que possam integrar a memória da instituição. Já em relação aos usos das redes sociais virtuais, é a partir da avaliação documental que podem ser evitados os usos políticos desses meios ao conservar os atos que são de interesses institucionais e sociais. Desta maneira, em relação



Álbuns da PBH no Flickr. Fonte: Fotograma dos álbuns inseridos no perfil da Prefeitura de Belo Horizonte no Flickr, 2021.

à transparência dos atos, e ao utilizar as redes sociais virtuais como instrumento de divulgação de informações oficiais, a entidade deve ter o cuidado de que àquela publicação seja recolhida aos arquivos, e que o acesso seja garantido posteriormente, por se tratarem de atos governamentais.

Em função da discussão levantada no presente artigo, é necessário refletirmos sobre o que está sendo compartilhado nas redes sociais virtuais da administração pública e como essas informações serão preservadas para acesso futuro, tanto para a garantia de direitos dos cidadãos quanto para a pesquisa. Por isso, utilizaremos como exemplo para este debate o caso da Prefeitura de Belo Horizonte e do APCBH, que serão iniciados abaixo.

Os álbuns fotográficos da PBH no Flickr

A Prefeitura de Belo Horizonte está presente no Facebook, Flickr, Instagram, Twitter e YouTube (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2021). Em cada uma dessas redes sociais, a PBH interage com os usuários de maneira diferente, inclusive porque a dinâmica delas não é a mesma. Enquanto o canal do YouTube da Prefeitura é usado para compartilhar vídeos de eventos, políticas públicas e campanhas publicitárias, entre outros conteúdos, o Twitter é empregado, no geral, para apresentar notícias oficiais do Poder Público da capital mineira.

Inicialmente pensamos em analisar o Instagram, porque essa é uma das redes sociais mais usadas atualmente, além de possuir o foco voltado para a postagem de fotos e vídeos. Todavia, em uma rápida verificação, percebemos que, na atual gestão do prefeito Alexandre Kalil (2017–2020; 2021-), o Instagram da PBH é empregado para o compartilhamento de peças publicitárias de notícias diversas. Como nosso foco é a discussão da produção, compartilhamento e preservação de fotografias, resolvemos analisar o Flickr da PBH. Esta escolha demonstrou ser interessante para este trabalho, visto que as fotografias nessa rede social são compartilhadas em álbuns, o que colabora com a nossa discussão da foto do *presente* e da foto do *passado* (Figura 1). Enquanto boa parte da produção fotográfica da Prefeitura de anos anteriores está preservada no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, parte de sua atual produção visual está compartilhada no Flickr.



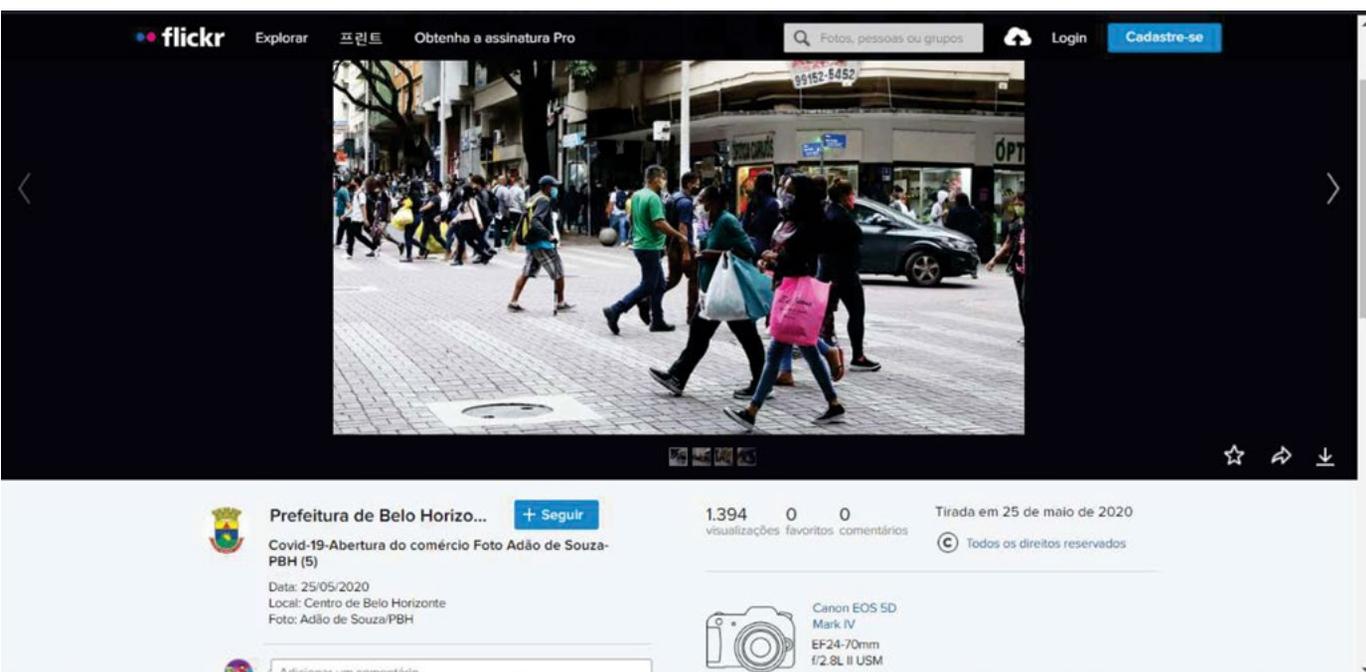
Fonte: Fotograma da home do site da Prefeitura de Belo Horizonte, 2021. (Houve alteração na imagem com acréscimo de realce vermelho para fins didáticos)

Ao criar perfis nas redes sociais virtuais é interessante que as instituições definam a *persona* que será utilizada em cada uma delas. Pereira (2018) explica que a *persona* é uma espécie de representação do comportamento que será utilizado para se apresentar nesses perfis virtuais, o tipo de abordagem que será feito nas publicações, como será a interação com os usuários, o linguajar utilizado nessas plataformas, entre outros fatores. O posicionamento virtual pode refletir sobre o entendimento que o usuário tem sobre determinada instituição, mesmo que ela não represente a verdadeira organização da entidade. Por isso, a *persona* deve estar alinhada ao posicionamento institucional e deve ser estruturada considerando as diferenças de plataformas virtuais, os tipos de público e os objetivos a serem alcançados com cada postagem.

O Flickr é uma rede social criada em 2004, com a proposta de armazenamento e compartilhamento de conteúdo iconográfico e audiovisual, como fotografias e vídeos, apesar de ter seu foco voltado para as imagens. A comunidade permite a interação dos usuários por grupos e também pela criação de etiquetas (*tags*) que categorizam os documentos em assuntos, entre outras ações. Os usuários também podem inserir comentários no conteúdo compartilhado, o qual pode ser visualizado nas galerias, álbuns, exposições e grupos (PEREIRA, 2018). Ao fazer uma publicação no Flickr, a rede social recupera os metadados da fotografia, permitindo

que os usuários tenham acesso à data do registro, além de informações como marca e modelo da câmera utilizada, uso de *flash*, quantidade do sensor à luz (ISO) e velocidade de obturador, entre outros aspectos.

O perfil da Prefeitura de Belo Horizonte no Flickr foi criado em abril de 2010, na então gestão de Márcio Lacerda (2009–2017), o qual estabeleceu uma política de valorização das redes sociais. Isto porque, o perfil da PBH no Flickr foi usado durante o mandato do ex-prefeito para a publicação de diversos conteúdos, inclusive para a divulgação do material iconográfico das edições do Diário Oficial do Município (DOM). Até o dia 28 de fevereiro de 2021, data em que a análise foi realizada, a Prefeitura já havia publicado 54.434 fotos, distribuídas em, aproximadamente, 1.950 álbuns, além de possuir 398 seguidores, 18.833 *tags* associadas ao perfil e mais de 16 milhões de



Exemplo de postagem da PBH referente à abertura do comércio. Fonte: Fotograma de imagem inserida no perfil da Prefeitura de Belo Horizonte no Flickr, 2021.

visualizações.

A partir da análise da rede social, não foi possível identificar qual o órgão que gerencia o perfil do Flickr da Prefeitura. A Portaria n. 07, de 11 de maio de 2020, da Secretaria Municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social da PBH, estabeleceu as contas oficiais da administração pública de Belo Horizonte, entre mídias sociais e redes sociais virtuais (BELO HORIZONTE, 2020). Na listagem não encontramos o perfil do Flickr, apesar disso, no *site* oficial da Prefeitura, esse é um dos ícones das redes sociais disponíveis à sociedade, conforme a Figura 2 apresenta.

A última atualização de conteúdo da PBH, em seu perfil, data de oito meses atrás, sendo que os álbuns compartilhados mais recentemente foram disponibilizados no Flickr em julho de 2020. Ou seja, mesmo após a publicação da Portaria n. 07, a Prefeitura continuou usando a rede social. Essa questão nos leva a vários questionamentos: o Flickr ainda é uma rede social oficial da administração pública de Belo Horizonte? Caso a PBH não use mais esse espaço, o que acontecerá com o conteúdo e as interações dispostas nesta rede social? Percebemos, nesse sentido, quanto o conteúdo na *internet* é efêmero, conforme mencionado anteriormente, assim também como as políticas públicas tendem a ser executadas de diferentes formas, de acordo com quem está à frente da gestão do município. Essas questões, se colocadas em uma arena de discussão maior, podem nos direcionar a outro ponto: essa prática da Prefeitura passará despercebida aos olhos da memória da capital mineira? Esses questionamentos serão abordados a seguir, por ora, vamos nos ater a apresentação da *persona* da PBH no Flickr, a partir dos últimos álbuns postados durante a gestão do prefeito Alexandre Kalil em 2020.

Para compor o escopo deste estudo, elegemos 14 álbuns para análise disponíveis no perfil da Prefeitura, referentes às medidas tomadas durante a pandemia do coronavírus. No contexto brasileiro, a partir de março de 2020, ficamos em estado de alerta devido à pandemia da covid-19, ocasionada pela proliferação do coronavírus. Dentre as principais medidas de segurança no período, estão o distanciamento social, o uso de máscaras protetoras e a utilização de álcool em gel. Do ponto de vista da administração pública, algumas decisões precisaram ser tomadas para a contenção do vírus, como a preparação de hospitais e funcionários da saúde, o fechamento do comércio, a elaboração de barreiras sanitárias e a distribuição de equipamentos de proteção individual

para os agentes públicos que não puderam abandonar os postos de serviço, entre outras. Pelo exposto, fica nítida a importância do registro documental desse período para tomadas de decisão, divulgação da pandemia e, em um futuro próximo, a recordação desse momento em que a sociedade se viu de mãos atadas.

Com a pandemia, foi possível notar uma mudança na *persona* da Prefeitura em seu perfil no Flickr, uma vez que a rede social passou a ser usada exclusivamente para o compartilhamento de fotografias sobre a atuação da administração pública municipal em relação às ações de combate ao coronavírus. Isto porque, a rede social era empregada para a divulgação de diversas informações da PBH, como eventos, obras de infraestrutura e situações de calamidade pública — como as fortes tempestades do início de 2020 —, entre outras. Apesar de o conteúdo ter ficado centrado na pandemia da covid-19, no período analisado, as fotografias continuaram a ser postadas considerando a mesma estrutura usada anteriormente, ou seja, com uma breve descrição, apresentando um título geral do álbum, a data do registro e o nome do fotógrafo (Figura 3). A estrutura de compartilhamento de conteúdo da Prefeitura de Belo Horizonte no Flickr, se aproxima de uma abordagem jornalística já que os álbuns estão dispostos em formato de *clipping*, apresentando as ações da atual gestão.

Dentre os 14 álbuns analisados, a Prefeitura apresentou os seguintes temas em seu perfil do Flickr: roupas de proteção para agentes públicos do cemitério do Bonfim, uso e distribuição de máscaras protetoras, coletivas de imprensa, abertura do comércio, barreiras sanitárias, entrega de testes e abertura de unidade de pronto atendimento e laboratório de diagnóstico. Considerando os assuntos abordados nos álbuns, é possível perceber um discurso estruturado em função da perspectiva da PBH em relação à cidade e à pandemia. Por isso, é imprescindível refletir sobre como as memórias são geradas e preservadas para a posteridade. A partir do exemplo da Prefeitura, constatamos a dualidade entre memória e poder, uma vez que a PBH está narrando uma visão unilateral da história, que será considerada a memória oficial da cidade em relação aos fatos ocorridos durante este período.

A construção da memória é fundamentada nos documentos, nesse sentido, quando se trata de suportes tradicionais, como o papel, estes têm sua preservação facilitada por ser um processo já conhecido e estruturado entre a administração e o arquivo público. Já no caso dos documentos digitais, esse processo caminha a passos lentos,

considerando as constantes transformações tecnológicas e a obsolescência programada, além da falta de recursos dos aparelhos públicos para a preservação e acesso a esses acervos. Aliado a essa questão, temos também o fato das redes sociais fazerem parte de grandes corporações privadas, dessa forma, os órgãos públicos não possuem nenhum domínio a respeito de suas diretrizes organizacionais, como a mudança de suas políticas, estruturas de conteúdo ou até mesmo de sua extinção. Isto posto, a memória quando construída a partir de documentos digitais e redes sociais está alicerçada em um campo que a qualquer momento pode deixar de existir. Torna-se, portanto, uma memória fugidia.

Como bem descreve Koyama (2013, p. 107), na contemporaneidade, vivemos um processo de duas vias, ao mesmo tempo em que desejamos registrar tudo, também queremos tornar tudo obsoleto. Nesta perspectiva, a memória tornou-se quase que um campo de batalha, o qual se não for refletido de maneira ampla, será levado pelos desejos transitórios do nosso ser, enquanto indivíduos e instituições. Por isso, um arquivo público dará conta de guardar os documentos fotográficos que ora produzimos em demasia para recordação e ora produzimos em escassez ou mesmo destruímos pelas transformações constantes da rede?

Por fim, resta questionar se o APCBH e a Prefeitura de Belo Horizonte têm se preparado para conseguir preservar os documentos digitais, a fim de servirem de subsídios para a construção da memória. Nessa direção, é necessária a criação e a implantação de políticas para a preservação dos documentos digitais no Arquivo Público, incluindo as postagens das redes sociais virtuais, para que esse conteúdo disponível *on-line* seja acessível para o cidadão no futuro.

Apesar de a Instrução Normativa n.º 005 de 2016, da Fundação Municipal de Cultura, dispor sobre a seleção, o recolhimento e o arquivamento de fotografias digitais produzidas ou recebidas pela administração direta ou indireta do município, o instrumento legal não delimita nenhuma deliberação sobre as fotografias compartilhadas nas contas das redes sociais virtuais da Prefeitura (BELO HORIZONTE, 2016). Uma iniciativa que vai nesta direção é o Web Archive do Arquivo Nacional do Reino Unido. Em razão da produção documental digital nesse país compor a maior parcela dos documentos produzidos, o projeto visa preservar e dar acesso a diversos conteúdos publicados na *internet* pelo governo central do Reino Unido, como *sites*, vídeos, *tweets*

e postagens do Flickr, dentre outros, a fim de garantir aos cidadãos o direito ao acesso dos atos governamentais futuramente, mesmo que eles não estejam mais *on-line*. Um exemplo deste recolhimento feito pelo Arquivo Nacional britânico é a preservação de várias contas oficiais do governo no Twitter, ao passo que elas são utilizadas como meios de comunicação oficiais com os cidadãos e servem para passar informações de forma rápida e simplificada. Desta maneira, devem ser tratadas como documentos legítimos e serem preservados. (KOYAMA, 2013, p. 84–85; NATIONAL ARCHIVES UK, *on-line*).

Mesmo que o Arquivo Nacional do Reino Unido não preserve a interação dos usuários no Flickr, por exemplo, as fotografias são armazenadas com a identificação da descrição inserida na rede social e com a data de publicação. Assim, caso o documento fotográfico digital original não tenha sido recolhido ao Arquivo, ele será guardado a partir da preservação das postagens do Flickr. Cenário que serve de estratégia para atuação do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, em relação ao conteúdo digital da PBH nessa rede social.

Considerações finais

Como fragmentos de um passado, os documentos fotográficos congelam partes de nossas vidas. Uma família, uma infância, um romance, um crime, um “eu” desconhecido. Por isto, eles são tão sedutores, alimentando nossas narrativas pessoais e coletivas. Quem nunca mostrou uma foto para contar alguma história? Documentos, que em uma primeira impressão quase falam sozinhos, mas que, no íntimo, representam realidades construídas a partir de vários sujeitos no percurso da ideia até o clique e que são reconstruídas a todo instante por cada um que os contempla. Na internet, eles podem ser discutidos a partir de dois pontos: do compartilhamento e da preservação. Os documentos fotográficos passam a ser compartilhados e recompartilhados, como se, a partir deles, novos cliques fossem feitos. Na contramão disto, o ambiente digital é perigoso para sua existência, já que em um instante as fotos e as redes sociais podem deixar de existir.

Nessa perspectiva, a memória vive a incerteza de sua construção, pautada em um futuro sem registros consistentes para que uma história possa ser lembrada. Pensar

na preservação das fotografias digitais é mais que alimentar as redes sociais virtuais em busca de milhares de visualizações. O acesso futuro à produção documental da administração pública é crucial para a criação da memória social, para a pesquisa e até mesmo para a garantia de direitos dos cidadãos. A guarda dos registros fotográficos deve ser estruturada pelos arquivos públicos em colaboração com os demais órgãos do Estado, com a finalidade da preservação das ações administrativas, acesso aos documentos e escrita de novas narrativas históricas.

Isso posto, os documentos fotográficos compartilhados pela PBH em seu perfil no Flickr assumem um caráter de registro da realidade em uma escala maior do que, normalmente, a fotografia já possui. Nessa rede social virtual, a Prefeitura apresenta as fotografias descoladas de seu contexto de produção, nos permitindo observar as imagens e as descrições, mas não sabemos ao certo todo o processo que envolveu sua produção. Somos convidados a escrever uma narrativa jornalística em nossa mente, a partir das fotografias que nos são apresentadas como o todo, pois elas falam por si mesmas. Por isso, os documentos fotográficos foram empregados sob a perspectiva da fotografia pública, que apresenta os feitos do governo, mas, inicialmente, não nos leva a discutir sua atuação de maneira crítica.

Apesar de a Prefeitura possuir poucos seguidores no Flickr, em comparação a outras redes sociais, o número de visualizações dos documentos compartilhados é grande. Em busca de uma rapidez na informação, os indivíduos conseguem ler visualmente a gestão do prefeito Alexandre Kalil, assim como o que ele tem promovido de políticas públicas durante a pandemia da covid-19, ao mesmo tempo em que traçam suas próprias memórias individuais. Resta saber se a administração pública tem o cuidado de preservar esse todo fotográfico.

Referências

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionario_de_terminologia_arquivistica.pdf. Acesso em: 5 mar. 2021.

BELO HORIZONTE. Instrução Normativa FMC nº 005, de 27 de outubro de

2016. Dispõe sobre a seleção, recolhimento e arquivamento de fotografias digitais produzidas e recebidas pela Administração Direta e Indireta do Município de Belo Horizonte, Belo Horizonte, ano XXVI, n. 5162, 29 out. 2016. Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1170854>. Acesso em: 28 mar. 2021.

BELO HORIZONTE. Portaria nffl 07, de 11 de maio de 2020. Dispõe sobre gestão e governança de redes sociais para órgãos e entidades da Prefeitura de Belo Horizonte, Belo Horizonte, ano XXVI, n. 6013, 12 maio 2020. Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1228635>. Acesso em: 28 fev. 2021.

BORGES, Maria Eliza Linhares. História & fotografia. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. 136 p.

BRASIL. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 03 mar. 2021.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Sobre o valor histórico dos documentos. Revista do Arquivo Público do Município de Rio Claro, n. 1, p. 11- 17, 2003. Disponível em: <http://www.aphrioclaro.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/Revista-do-Arquivo-n%C2%BA-1-2003.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2021.

CLOONAN, Michèle V. Preservando documentos de valor permanente. In: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. (Orgs.). Correntes atuais do pensamento arquivístico. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p. 107-134.

DELMAS, Bruno. Arquivos para quê?: textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010. 196 p.

FLICKR PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/portalpbh/>. Acesso em: 28 fev. 2021.

HEDSTROM, M. Arquivos e memória coletiva: Mais que uma metáfora, menos que uma analogia. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (Orgs.). Correntes atuais do pensamento arquivístico. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p. 237-259.

INTERNET ARCHIVE. Disponível em: <https://archive.org/>. Acesso em: 3 mar. 2021.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos Arquivos Públicos. Ciência da

Informação, v. 25, n. 2, p. 1-13, 1995. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/03/pdf_cfb64eeaa1_0008801.pdf. Acesso em: 19 fev. 2021.

KOYAMA, Adriana Carvalho. Arquivos online: cenários de práticas. In: KOYAMA, Adriana Carvalho. Arquivo online: práticas de memória, de ensino de História e de educação das sensibilidades. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013. p. 83-112. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/difusao/curso_usp/AULA_5_Koyama_Tese_121_202.pdf. Acesso em: 3 mar. 2021.

LACERDA, Aline Lopes de. A fotografia nos arquivos: a produção de documentos fotográficos da Fundação Rockefeller durante o combate à febre amarela no Brasil. 2008. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11092008-145559/pt-br.php>. Acesso em: 5 fev. 2021.

LE GOFF, J. História e Memória. Campinas: UNICAMP, 1990.

LOPEZ, André Porto Ancona. As razões e os sentidos: finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos. 2000. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: http://eprints.rclis.org/12862/1/Andr%C3%A9_lopez_tese.pdf. Acesso em: 5 mar. 2021.

LOUSADA, Mariana. A evolução epistemológica do conceito de avaliação documental na arquivística e sua importância para a construção da memória. Revista Ibero-americana de Ciência da Informação (RICI), Brasília, v. 5, n. 2, p. 63-78, jul./dez. 2012. DOI: <https://doi.org/10.26512/rici.v5.n1-2.2012.1724>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/1724>. Acesso em: 19 fev. 2021.

MAUAD, Ana Maria. Fotografia pública e cultura do visual, em perspectiva histórica. Revista Brasileira de História da Mídia, v. 2, p. 11-20, 2013. Disponível em: <https://www.unicentro.br/rbhm/edo4/dossie/01.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2021.

MELO, Suellen Alves de. A fotografia como documento arquivístico e seu lugar nos arquivos municipais: o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. 2017. Monografia (Graduação em Arquivologia) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

MELO, Suellen Alves de. Difusão de documentos fotográficos: análise de experiências de três instituições arquivísticas brasileiras no Facebook. 2019. 173 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

NATIONAL ARCHIVES UK. UK Government Web Archive. Disponível em: <https://www.nationalarchives.gov.uk/webarchive/>. Acesso em: 03 mar. 2021.

PARRELA, Ivana Denise. Arquivo, gestão de documentos e preservação da memória da cidade. In: BELO HORIZONTE. Anuário estatístico de Belo Horizonte 2003. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Secretaria Municipal de Modernização Administrativa e Informação, Gerência de Informações Técnicas, 2004.

PEREIRA, Diogo Baptista. Diretrizes para o uso das redes sociais pelas instituições arquivísticas brasileiras. 2018. 210 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos) – Escola de Arquivologia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Site Oficial da Prefeitura de Belo Horizonte. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/> Acesso em: 28 fev. 2021.

ROUILLÉ, André. A fotografia: entre documento e arte contemporânea. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009. 483 p.

SONTAG, Susan. Sobre fotografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 223 p.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão. Fotografia e linguagem: para pensar a comunicação. Mediação, Belo Horizonte, n. 5, p. 142-159, nov. 2006. Disponível em: <http://revista.fumec.br/index.php/mediacao/article/view/255>. Acesso em: 15 jan. 2022.